

Notificação da Sentença

Processo n.º 1234/2026 – Alteração da Regulação das Responsabilidades Parentais
Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

1. Identificação das partes

Autor / Requerente	Réu / Requerido
Maria da Conceição Silva, NIF 224 567 891, residente em Rua da Palma, n.º 45, 1150-236 Lisboa	José António Pereira, NIF 307 842 156, residente em Avenida da República, n.º 12, 4200-123 Porto

Mandatários:

- **Dr.ª Ana Sofia Martins**, Ordem dos Advogados n.º 12345, com escritório em Rua das Flores, n.º 22, 1200-456 Lisboa.

- **Dr. Luís Fernando Carvalho**, Ordem dos Advogados n.º 67890, com escritório em Rua do Carmo, n.º 78, 4000-250 Porto.

Juiz de Direito: Dr. João Miguel Santos, Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa.

2. Objeto da notificação

A presente notificação tem por finalidade **comunicar oficialmente às partes a existência e o conteúdo da sentença** proferida nos autos do processo acima identificado, bem como indicar os efeitos imediatos da decisão e os prazos para eventual recurso.

3. Data e local da sentença

A sentença foi proferida em **15 de janeiro de 2026**, na **Sala de Julgamento da Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa**, após a realização de audiência de instrução e julgamento, onde foram ouvidas as partes, os seus mandatários e o Ministério Público.

4. Conteúdo da sentença

4.1 Principais disposições

Matéria	Decisão da Sentença
Guarda da menor Ana Sofia Pereira, 8 anos Regime de visitas	Guarda unilateral atribuída a Maria da Conceição Silva , com direito de residência permanente em Lisboa. Visitas supervisionadas ao pai, José António Pereira , a realizar-se todos os sábados, das 10h00 às 14h00 , nas instalações da Associação de Apoio à Família – Lisboa , sob supervisão de psicólogo/a credenciado/a.

Matéria	Decisão da Sentença
Alimentação e despesas	Contribuição mensal de € 450,00 (quatrocentos e cinquenta euros) a cargo do pai, a ser depositada até ao dia 5 de cada mês, na conta bancária n.º PT50 0010 0000 1234 5678 9015 2, titular Maria da Conceição Silva .
Acompanhamento psicossocial	Avaliação psicológica trimestral da menor, a cargo da Psicóloga Dr.ª Sofia Ribeiro , com relatório a ser entregue ao tribunal até ao dia 15 do mês subsequente a cada avaliação.
Comunicação de mudança de residência	O pai obriga-se a notificar, com antecedência mínima de 30 dias , qualquer intenção de mudar de domicílio, sob pena de sanção pecuniária de € 200,00 por cada dia de incumprimento.
Custas processuais	Custas atribuídas ao réu, no valor de € 150,00 , a pagar até ao dia 30 de janeiro de 2026.

4.2 Fundamentação resumida O Juiz considerou que a mudança unilateral de residência do réu para a cidade do Porto, sem a anuência da requerente, constitui violação do regime de visitas previamente estabelecido e gera instabilidade emocional na menor. A decisão baseou-se nos princípios do **melhor interesse da criança**, na avaliação psicológica realizada pelo perito nomeado e nas disposições do **Código Civil** (artigos 1873.º e seguintes) e do **Código de Processo Civil** (artigos 562.º e seguintes).

5. Prazos e instruções para recurso

- Prazo para interposição de recurso** – As partes têm o prazo de **30 dias**, a contar da notificação da presente sentença, para interpor **apelação** ao **Tribunal da Relação de Lisboa**. O recurso deverá ser apresentado por escrito, devidamente fundamentado, e acompanhado da prova de pagamento das custas de recurso (valor atual €100,00).
- Forma de interposição** – O recurso deverá ser protocolado eletronicamente no **Portal do Citius**, mediante o número de processo **1234/2026**. Caso a parte opte por recurso presencial, deverá dirigir-se ao balcão de protocolo da **Vara da Família e dos Menores da Comarca de Lisboa**, localizado no **Palácio da Justiça, Rua da Prata, nº6, 1100-420 Lisboa**.
- Efeito suspensivo** – A sentença **não tem efeito suspensivo**. As disposições de guarda, visitas e alimentos são executáveis de imediato. Caso a parte pretenda suspender a execução de alguma das disposições, deverá requerer, no mesmo recurso, a **concessão de efeito suspensivo**, nos termos do artigo 564.º do CPC.

6. Cumprimento da sentença

- Guarda e visitas** – O pai deverá apresentar, até ao dia **20 de fevereiro de 2026**, o plano de visitas supervisionadas à **Associação de Apoio à Família – Lisboa**, bem como a identificação do profissional que exercerá a supervisão.
- Depósito das pensões alimentícias** – O primeiro depósito, correspondente a €450,00, deverá ser efetuado até ao dia **5 de março de 2026**.
- Relatórios psicológicos** – O primeiro relatório deverá ser entregue ao tribunal até ao dia **15 de abril de 2026**.

O não cumprimento das obrigações acima mencionadas poderá acarretar **coação de prisão** (artigo 663.º do CPC) ou **penalidades pecuniárias**, nos termos da própria sentença.

7. Contactos da secretaria da Vara

Serviço	Telefone	E-mail
Secretaria da Vara da Família e dos Menores	213 456 789	secretaria.familiamenor@tribunallisboa.gov.pt
Balcão de Protocolo (presencial)	213 456 790	–

8. Conclusão

Em cumprimento do dever de **informar** e de **garantir a transparência** dos atos judiciais, a presente notificação é enviada às partes e aos seus mandatários, ficando a mesma a integrar o processo para todos os efeitos legais.

Lisboa, 12 de fevereiro de 2026

Assinatura eletrónica

Juiz de Direito – Dr. João Miguel Santos

Nota: Esta notificação é considerada oficialmente recebida pelas partes mediante a sua entrega em mãos na morada indicada, ou, alternativamente, através de correio certificado com aviso de receção (AR).
